

## GUERRA DE CANUDOS – AS PRÉDICAS EM DEBATE

*José Maria de Oliveira Silva\**

### **Resumo**

Desde o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a Guerra de Canudos tem sido interpretada por vários historiadores sob o ângulo do milenarismo e do messianismo de Antônio Conselheiro. Neste artigo analisamos o debate sobre *As Prédicas*, de Antônio Conselheiro, manuscrito do beato, e como sua doutrina cristã refletia os anseios políticos e religiosos do sertanejo.

### **Palavras-chave**

Antônio Conselheiro; milenarismo; messianismo; Guerra de Canudos.

### **Abstract**

*Since the book *Os Sertões*, by Euclides da Cunha, the Canudos War has been interpreted by several historians by the angle of Millenarism and Messianism developed by Antonio Conselheiro. This article focuses on debates about the *Prédicas*, Antônio Conselheiro's manuscript, and how his christian doctrine reflected the political and religious yearnings of the people who lived in the northwest area.*

### **Key-words**

*Antônio Conselheiro; millenarism; messianism; Canudos War.*

*Sou filho do Bom Jesus Conselheiro, teu tiro vira água. És Belzebu, eu sou do  
Conselheiro. Tua pólvora vira carvão e tua bala alcanfô.  
(Patuá carregado por um conselheirista na batalha)<sup>1</sup>*

Após a repressão violenta e a destruição de Belo Monte, as autoridades eclesiásticas e governamentais pintaram o povo canudense de várias formas: como jagunço, ignorante, bandido, bárbaro, fanático religioso, inimigo.

Antes mesmo do final da guerra, ouvindo alguns prisioneiros em sua estada na terra baiana, Euclides da Cunha escreveu dois artigos sobre a Vendéia brasileira, publicados no jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, em 14 de março e 17 de julho de 1897. A comparação com o levante dos camponeses da França revolucionária, analogia que pensa em levar às últimas conseqüências, antecipava as páginas de *Os Sertões*.<sup>2</sup> Via nos dois movimentos o mesmo fanatismo religioso, o mesmo domínio das “almas ingênuas e simples” pelos reacionários monarquistas, o *mesmo heroísmo mórbido* eram expressos pelo *chouan* crente e pelo *tabaréu* fanático.

A versão de Euclides da Cunha sobre o movimento de Canudos, alicerçada numa abordagem racionalista e elitista da cultura, expressava uma atitude de repulsa da dimensão espiritual de conselheiro e da Comunidade. Leitor da obra de Renan sobre os primórdios do cristianismo,<sup>3</sup> Cunha criou todo um simbolismo sobre Belo Monte e o messianismo ali existente. Local do paraíso terrestre, a Canã Sagrada ou Jerusalém de Taipa, como dizia, abrigava um líder *às avessas*, um *gnóstico bronco*, um *paranóico, bárbaro, fanático*. Do mesmo modo, como positivista e anticlerical, satirizava os ritos, as crenças, as pregações milenaristas sobre o fim do mundo e as invectivas contra os maçons, republicanos, judeus e protestantes, os quais, para o beato, representavam motivo de profunda preocupação para a sobrevivência da Igreja no Sertão.

Na abordagem de Cunha, ficção e realidade se interpenetram. Isso porque a documentação que explora para criar o imaginário milenarista é quase inexistente. Consta de alguns versos apócrifos que teria localizado na região sobre a profecia do fim do mundo, do Relatório suspeito de Frei Monte Marciano (sobre as barrancas de leite e mel em Canudos) e de fatos passados ligados ao sebastianismo político no episódio de Pedra Bonita.

A idéia do milênio sempre foi relacionada a um período na vida humana em que os sofrimentos darão lugar a um mundo de paz e harmonia, quando o homem terá fartura, felicidade e liberdade durante mil anos. Os movimentos milenaristas buscam a restauração de um tempo perfeito ou mesmo o regresso à terra perfeita, onde não haveria o sofrimento, a insegurança e a morte. Nesse sentido, aquela idéia é associada a uma Nova Era, a um Novo Reino perfeito na terra. O milênio é antecedido por uma série de fenômenos que destruiriam o mundo pagão.

Do ponto de vista cristão, o milênio se constitui numa interpretação alegórica e não literal das profecias relativas ao reino messiânico, com base no Apocalipse de São João, no Novo Testamento. Escrito num estilo figurado e simbólico, a doutrina do milênio afirma que os justos reinarão com Cristo durante mil anos, constituindo o Reino Messiânico ou o Paraíso Terrestre. No final do milênio, a vinda do Anti-Cristo interromperia esse reinado e, após uma nova perseguição aos justos, Cristo retornaria para a segunda ressurreição e o Juízo Final de toda a humanidade.

A crença numa mudança radical da ordem social e a instauração imediata do milênio foi partilhada por vários movimentos de revolta – como os seguidores de Munzer, anabatistas, *diggers* – ocorridos na Europa, a partir do século XIII. O milenarismo revolucionário da Idade Média atraiu significativamente as pessoas que viviam à margem da sociedade, sem qualquer organização nas comunidades, nas aldeias ou corporações, como os camponeses sem terra, jornaleiros, trabalhadores sem qualificação, pedintes e vagabundos. Jean Delumeau observa que toda concepção milenarista tinha uma preocupação com a vida material: o reino dos santos significava, sobretudo, o fim do sofrimento, das doenças, da miséria, da desigualdade e da exploração do homem pelo homem.<sup>4</sup>

A elaboração de uma tipologia do messianismo no Brasil (e em outras partes do mundo) aparece no estudo clássico de Maria Isaura Pereira de Queiroz.<sup>5</sup> É central em seu trabalho a caracterização da sociedade tradicional a partir do conceito de *anomia*, abrangendo este uma série de desequilíbrios, desde a má administração política, a Justiça falha, até a violência do mundo sertanejo. O messias que lidera o grupo – que não é visto sob o signo do fanatismo – é uma espécie de líder carismático (no sentido weberiano), cujo papel é realizar sobre a terra o paraíso prometido.

A interpretação de Euclides da Cunha, entretanto, não estava deslocada da opinião dos contemporâneos. A imprensa, desde o início, manifestou-se contra a figura *misteriosa* do beato, que atraía atrás de si a multidão, pregando contra xales de *merinó*, botinas e pentes usados pelas mulheres e mostrando a necessidade de jejum de carne e de doces nas sextas e sábados. As narrativas mais esplêndidas da época sobre sua vida acentuavam traços de como o novo santo – chamado por alguns como Santo Antônio Aparecido, Santo Antônio dos Mares, Bom Jesus –, em nome de Deus, fazia grandes milagres por onde andava. A imprensa, ao explorar essa dimensão religiosa e divulgar lendas, crenças e profecias, quase sempre com um nítido sentido de ridicularização das ações dos beatos no meio das populações, contribuía para o processo de divulgação de suas idéias. Como afirma uma das notícias sobre Conselheiro:

(...) sabe rezas muito fortes, como a oração de S. Marcos, e da cabra preta e outras que o tornam invulnerável;  
Que vive sem comer nutrindo-se apenas com ervas e manjar que os anjos lhe trazem à noite, quando se recolhe à Igreja do povoado, onde habita;  
Que em certas horas ouve-se fora um concerto de vozes harmoniosas e que essas vozes são a de muitos arcanjos que descem do céu para saudá-lo;  
Que é essencialmente milagroso, tendo sempre pão fresco no povoado embora não haja padaria no arraial, e peixe muito bem pescado no Vasa-barris;  
Que dá vistas a cegos, cura paralíticos e ressuscita os mortos de três dias, com já tem acontecido muitas vezes. Escarra dentro d'água e a água se torna cristalina;  
Que não há quem o ataque no seu reduto, porque quem quer que a isto se atreva, cai logo fulminado...<sup>6</sup>

No começo de sua vida de peregrino, em meados de 1870, era comum dependurar um oratório de cedro com a imagem de Cristo nos galhos de árvores, diante do qual as pessoas se ajoelhavam e rezavam. Usando uma túnica de zuarte, trazendo consigo seu cajado – símbolo de seu comando sobre o povo – e, com “voz clara e palavra eloqüente”, como um venerável patriarca do Antigo Testamento, Conselheiro pregava num “tom suave” os preceitos cristãos. Seguindo o exemplo do padre Ibiapina, costumava rezar o ofício de madrugada, antes mesmo de começar as obrigações diárias, orando no almoço as jaculatórias e no fim da tarde o rosário, seguido das pregações. Alguns padres aceitavam que Conselheiro ensinasse em suas capelas ou igrejas, mesmo depois do arcebispo da Bahia ter proibido suas prédicas para o povo.

No entanto, analisando *As Prédicas*, vemos que nem as pregações de Conselheiro reproduziam o estilo amedrontador das missões que penetravam nos sertões, anunciando, a todo momento, o próximo fim do mundo, nem, do ponto de vista religioso, ele poderia ser tomado como um *gnóstico* ou herético em relação a fé cristã.

Coube a Ataliba Nogueira publicar as *Prédicas*,<sup>7</sup> com objetivo de revisar a história de Canudos ao traçar um retrato do peregrino como um “pregador leigo”. Rejeitando os elementos messiânicos e milenaristas propagados pela tradição euclidiana e o imaginário popular, o escritor católico baiano assim comenta a atuação de Conselheiro,

Não faz milagres nem qualquer os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chamam Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e a da tradição da igreja católica romana. É pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado pela Igreja.

Embora não se deva aceitar sua abordagem na totalidade, sob pena de despojarmos não só a natureza messiânica da religião popular, como também o carisma desempenhado por Conselheiro no sertão, evidenciados pela literatura popular e erudita, essa revisão contribuiu para que novas análises estabelecessem um elo entre o líder religioso (*messias religioso*) e o defensor dos espoliados e oprimidos sertanejos (*messias político*).

A leitura de Edmundo Moniz das *Prédicas* é um exemplo desse fato. Primeiro por desconsiderar, como Nogueira, qualquer relação mais efetiva entre o discurso religioso das *Prédicas* e os livros *Horas Marianas* e *Missão Abreviada*, que o peregrino carregava consigo. Segundo, por enfatizar problemas sociopolíticos da região como responsáveis pela guerra e o conhecimento por Conselheiro de Thomas Morus e da obra *Utopia*, citados nas *Prédicas*, como elementos de sua concepção de uma nova sociedade igualitária. Comentando algumas passagens do manuscrito, Moniz ressalta que a visão euclidiana de que se tratavam de *pobres papéis* é totalmente falsa. O beato tinha conhecimentos profundos do Antigo e do Novo Testamento, da Filosofia cristã, interpretando, a seu modo, a *Bíblia*. Não há também, em nenhuma passagem do manuscrito, promessas de um “reino de delícias” ou uma “religiosidade difusa e inconsequente de um turbado mental”, como acreditava Cunha.<sup>8</sup>

Na verdade, hoje sabemos que o escritor de *Os Sertões* não tivera conhecimento, antes de escrever sua obra, do manuscrito do líder espiritual de Canudos.<sup>9</sup> A descoberta das *Prédicas*, que contêm os sermões e a doutrina religiosa de Conselheiro, coube a João Pondé, que integrava a comissão médica da 4ª. Expedição Militar como estudante de Medicina. Ao findar a guerra, no dia 5 de outubro de 1897, Pondé encontrou dois livros no santuário onde vivia o beato: um do professor Pedro Braga, *Lições de Patologia Cirúrgica*, que provavelmente pertencia a Manuel Quadrado, médico da comunidade, e outro, identificado como manuscrito de Conselheiro. Posteriormente, o estudante deu o manuscrito a Afrânio Peixoto, que o transferiu para Euclides da Cunha. Em nenhum momento a autenticidade do documento foi questionada por estudiosos da obra.

Divididas em quatro partes, as *Prédicas* contêm vinte e nove meditações sobre as dores de Nossa Senhora, dez sermões sobre os mandamentos, textos extraídos e comentados da Sagrada Escritura, e, por fim, as prédicas de circunstância sobre temas diversos, incluindo aí o discurso sobre a República.

A piedade austera, o culto das Sagradas Escrituras, a oposição à imoralidade dos costumes, ao lado de críticas ao casamento civil, à República, à separação entre Igreja e Estado, bem como a condenação do protestantismo, da maçonaria e do judaísmo aparecem naquelas páginas. Não há qualquer pregação, por outro lado, de profecias milenaristas, como as divulgadas por Euclides da Cunha.

Em 1947, Teófilo de Andrade, de maneira inédita, tornava pública uma parte das *Prédicas* (o discurso sobre a República), acentuando ainda mais o caráter político das pregações de Conselheiro, como sendo de “tendências monárquicas e anti-republicanas”.<sup>10</sup>

Segundo vários depoimentos, Conselheiro tinha o costume de encher páginas e páginas de seu manuscrito quase que diariamente, ou então ditar a Leão da Silva, seu secretário, a sua doutrina e os sermões. Nos textos copiados, utilizava como fontes, além da Bíblia, dois outros livros: *A Missão Abreviada*, que servia de meditação, e *Horas Marianas*, devocionário largamente usado na época contendo cultos pelas almas, salmos de penitência, matinas, vésperas e outras preces.

Certas passagens da *Missão Abreviada*, escrita pelo padre oratoriano Manuel José Gonçalves Couto, revelavam uma “visão sombria da natureza humana corrompida pelo pecado”.<sup>11</sup> Repleto de imagens moralizadoras e visões sobre o inferno e o final do mundo, o livro defendia uma piedade austera, a aceitação dos sofrimentos, a prática de jejuns como meios para a salvação do indivíduo. Autores como Nertan Macedo e Vamireh Chacon apontam no livro a influência jansenista.<sup>12</sup>

Estudioso das *Prédicas*, Fiorin compara determinadas passagens da *Missão Abreviada* transcritas por Conselheiro, para identificar o *discurso* deste como muito próximo aos ensinamentos daquela obra. Segundo ele, a ênfase sobre a salvação, na visão conselheirista é individualista. A figura de Cristo, agente histórico por excelência, é o único ser capaz de remir a humanidade. O indivíduo procura imitar o Cristo, resignado ante todos os sofrimentos enviados por Deus e arrependido de seus pecados. Traduzindo para o plano das relações sociais, a prática religiosa da comunidade implicaria também uma aceitação pura e simples das estruturas sociais, mesmo sendo elas opressoras e marginalizadoras. Dessa maneira, o homem aceita o seu lugar no mundo esperando pelo paraíso futuro.

Segundo Fiorin, a concepção de salvação conselheirista revela uma teologia conformista, que legitima as diferenças sociais e de classe existentes na sociedade. Ainda, idêntica à ética cristã, ela é teocrática, Deus como poder e rei sobre este mundo, cosmopolita e hierarquizante ao reconhecer o papel da Igreja como instituição na ordem temporal.

Fundamentando-se numa concepção da ideologia como sistema de idéias (*cosmovisão*), mostra que os dogmas pregados por Conselheiro não se desviam dos parâmetros da ortodoxia católica e sua concepção teológica é a mesma oficializada pelo Concílio de Trento e pelo Concílio Vaticano I:

Toda a ética do Conselheiro, diz, está plenamente de acordo com sua visão de mundo. Ele não pretende qualquer mudança nos usos e costumes, porque tem uma visão estática da ordem social. O beato preconiza uma ética passiva, feita de conformismo e resignação. Tudo o que há

no mundo é produto da vontade de Deus, não cabendo ao homem fazer qualquer mudança. Qualquer tentativa de alteração é interpretada como rebeldia às determinações divinas. Isso demonstra claramente que o Conselheiro não é um revolucionário, mas é profundamente conservador.<sup>13</sup>

No entanto, ao inserir o *discurso* conselheirista no interior da ortodoxia tridentina e reduzir sua ação na comunidade aos aspectos da ideologia religiosa – medo do inferno, sentimento do pecado, valorização do sofrimento, esperança no reino celeste – e justificadora da exploração do homem pelo homem, Fiorin não desvenda plenamente outras práticas comportamentais, em que há a passagem da passividade (como ocorre entre os canudenses) para a protagonização da própria história. Como explicar esse salto? Como entender a revolta, essencialmente política, ao enfrentar o Estado republicano, ante a pregação do dever de obediência e submissão aos poderes constituídos como depositários da autoridade de Deus?

Esse outro nível das práticas cotidianas de resistência ao invasor evidencia que a vida do sertanejo não se resumia a uma resignação passiva, englobava especificidades não captadas pela análise do discurso.

Com uma perspectiva diferente sobre o papel social da religião, Alexandre Otten mostra que a Cristologia de Conselheiro – se bem que incorpore elementos da *Missão Abreviada*, como a idéia de expiação dos pecados ante um *Deus irado e temível* e, por extensão, uma visão conservadora de aceitação dos sofrimentos terrenos – é significativamente distinta das posturas daquele breviário. O aproveitamento de trechos da Bíblia e a exaltação do amor de Deus-Pai com relação ao pecador, nas *Prédicas*, dão-lhe outra visão sobre a imitação de Cristo. A seu ver, Conselheiro deixa de lado a “espiritualidade intimista” proposta naquele livro, para uma atuação evangélica autêntica de transformação da ordem social e criação de uma “Igreja santa, convertida e pura, pronta a acolher a vinda do Senhor”.<sup>14</sup> Ao invés de alienante, a religiosidade em Canudos ajudaria o oprimido a superar a opressão (e não apenas suportá-la), oferecendo respostas para os problemas da alma e do corpo.

Segundo Otten,

Em muitos pontos o Conselheiro se distingue da Missão. A imitação de cristo feita pelo Conselheiro não é uma peregrinação interior, mas a sua identificação com Cristo pobre e humilhado o leva aos pobres e miseráveis dos sertões. A contemplação da paixão de Cristo não é por si mesma caridade, mas o leva à caridade prática. Sustenta famílias pobres, dá o último que tem pelos necessitados. Com a sua vida de penitência não visa apenas a reparação dos pecados do indivíduo, mas denuncia a ruína da sociedade sertaneja. O pecado não fere, apenas

Deus e coloca em perigo a salvação da alma, mas na explicitação dos dez mandamentos o beato dirige o olhar dos seus seguidores aos estragos que os pecados causam à convivência e ao bem-estar dos homens. O empenho pela salvação se exterioriza e cria comunidade de Canudos.<sup>15</sup>

Até então, antes da comunidade, a alienação centrada na idéia de um Deus distante, juiz ameaçador, levava o sertanejo a práticas penitenciais, à fuga do mundo e atitudes como fatalismo, passividade, resignação, se preparando para a vida após a morte. Agora, ele rompe as amarras da alienação, quando busca realizar coletivamente os ideais da sociedade cristã. Renasce aí a crença na igualdade dos homens e um profundo sentimento da justiça divina que modificam aquelas atitudes, liberando as *forças contestadoras* da opressão. Através do líder religioso – messias ou profeta –, cria-se uma nova identidade: os que se sentiam excluídos, despossuídos, explorados vêm-se pela pregação carismática como “filhos de Deus, como povo eleito chamado para uma vida nova”.<sup>16</sup>

Embora as condições materiais de existência fossem precárias em todo o sertão, os seguidores de Conselheiro, como no texto do Evangelho de Lucas, não diziam que os bens eram de propriedade individual, mas que tudo era comum. A apropriação dos bens necessários ao consumo das famílias e a caridade enfatizada pela religiosidade popular sustentavam a ideologia igualitária de socialização da produção, excluindo a possibilidade de miséria entre as pessoas. Com isso, Canudos estabeleceu, com êxito, um sistema próprio de produção econômica e partilha dos bens semelhante ao das primeiras comunidades cristãs. Nestas, como afirma Lacroix, a comunhão dos bens era feita de acordo com o “princípio comunista a cada um segundo suas necessidades” (Atos dos apóstolos IV, 34-35; como também em outras passagens do Novo Testamento: Atos dos Apóstolos II 42-47, IV 32; Lucas XIV, 33; XVIII; Marcos X, 17-26).<sup>17</sup>

Esse aspecto igualitário, por outro lado, relaciona-se com a concepção de pobreza defendida por Conselheiro nas *Prédicas*: “pobreza na comida, pobreza no vestido, pobreza no deserto, pobreza na cidade, pobreza de dia, pobreza de noite, eis como vemos as criaturas mais santas que viram séculos” (AC, p 44). Nessa perspectiva, o dinheiro (seja monárquico ou republicano) tende a sufocar a palavra do Evangelho, constituindo-se num perigo para a salvação. É um privilégio ser pobre quando do Julgamento Final. A pobreza é tida como valor positivo, a primeira bem-aventurança (em Mateus e Lucas) do Discurso evangélico, para se alcançar a “plenitude escatológica”.<sup>18</sup>

Além disso, é manifesta, na doutrina religiosa do beato, uma *concepção providencialista da história*, no sentido de que o poder político ao qual se deve obediência foi instituído por Deus, com a finalidade determinada de proceder o Bem e afastar o Mal. Segundo Conselheiro, fora em cumprimento de uma ordem divina que a princesa Isabel libertara o



povo do estado “mais degradante” que caracteriza o ser humano – a escravidão; muito embora, com esse decreto, ela estivesse se indispondo com as forças que viviam em função daquele sistema.

Expressando a posição tradicional da Igreja Católica ante o problema político, tal atitude ajustava-se à teoria do direito divino dos reis e à idéia de monarquia hereditária, como aparecem nas *Prédicas* (AC, pp 564 e 567/568), em defesa do poder monárquico. Nesse caso, seja ele temporal (do pai ou do príncipe) ou espiritual (do pontífice), o poder tem sua legitimidade emanada da onipotência divina. Nas palavras de Conselheiro:

Quem não sabe que o digno príncipe senhor Dom Pedro 3 tem o poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô o senhor Dom Pedro 2, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece o seu direito e, conseqüentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil? (AC, p 568).

Utilizando o mesmo argumento do Evangelho – “Dá a Deus o que é de Deus, dá a César o que é de César” (AC, p. 617), valoriza, em primeiro lugar, o poder religioso, reconhecendo a autonomia e a legitimidade da Igreja católica. A afirmação de Cristo ia muito além do reconhecimento de poderes diferenciados, pois denotava que, para o cristão, o temporal não tem a mesma importância, uma vez que o Reino de Deus não é deste mundo. No sentido weberiano, essa posição expressava um dos traços da religião profética e carismática, que, em sua busca de salvação, é essencialmente *apolítica*, sendo indiferente ao mundo temporal, ou *anti-política*, desenvolvendo, a partir desses elementos, uma rejeição radical do mundo político.<sup>19</sup>

Na visão de Conselheiro, a República era contrário à lei da natureza, à lei eterna de Deus e as novas medidas tomadas pelo governo – entre as quais, a separação entre Igreja e Estado – arrastavam o cristão para a heresia e violação da fé. Ante a possibilidade de *destruição* da Igreja católica por maçons, republicanos, protestantes, cada vez mais presentes no meio sertanejo, o espírito religioso dos adeptos do Bom Jesus e as hostes inimigas do *Anticristo* se chocam. De um lado, o povo de Belo Monte, com a sua *verdadeira igreja* – constituída por santos e convertidos na defesa da lei de Deus –, e, de outro, o mundo cego, corrompido pelos pecadores, incrédulos e impenitentes<sup>20</sup>.

Essas idéias mostram a grande importância das *Prédicas* na revisão da história de Canudos. Estão aí os elementos de uma identidade religiosa e política da ação dos canudenses e de seu líder na resistência à invasão do Estado. É significativo que, nos depoimentos de sobreviventes, como os de Pedrão e Ciríaco, as figuras política e religiosa Conselheiro se mesclam:

Não era contra a Igreja Católica. Acatava os padres, respeitava os sacramentos, jamais oficiou uma cerimônia qualquer que fosse privativa de um clérigo. Não se considerava um enviado dos céus. A quem se ajoelhava para tomar-lhe a bênção, dizia: “levanta-te, que Deus é outra pessoa”. Só pregava o bem, só fazia o bem. Construiu as melhores igrejas da região, combateu o roubo, a mentira, o homicídio, impediu que vivessem juntos os casais não casados na Igreja. Mandava chamar um padre para batizar, casar, confessar a gente do arraial. Mentira que ele fosse tolerante com o amor livre. Jamais empunhou um fuzil ou um revólver, por acesa que a luta estivesse. Sua arma era o rosário. Sim era contra a República. Talvez, porque o novo regime separou a Igreja do Estado. Nunca pensou em rendição, pois não reconhecia o governo que mandara atacar Canudos. Enquanto fosse vivo, mandou anunciar, o dinheiro da República não correria no Arraial. Não correu. Das presas da guerra só permitia que se utilizassem as armas. Dinheiro, mantimentos, demais pertences, tudo era jogado no mato. Conselheiro não queria sua gente com coisas dos “incrús”. Às vezes o povo tinha se matar a fome com “cabeça-de-frade”, embora o inimigo houvesse abandonado na estrada uma quantidade enorme de charque. Não importava. Antes a fome que botar a boca comida da República. (...) Conselheiro era um bom.<sup>21</sup>

Esses depoimentos, ao mesmo tempo em que apresentam a figura humana de Conselheiro com qualidades superiores, como uma pessoa boa, piedosa, defensora dos valores cristãos, introduzem uma leitura diferenciada sobre a religião da comunidade, contestando a idéia de fanatismo político e religioso atribuída a seus membros.

E a seu povo sertanejo, de coração “generoso, benévolo, caridoso”, Conselheiro dedicou as palavras finais das *Prédicas*, prevendo o seu fim próximo.

Retomo-as, aqui, sob forma de poema:

Adeus povo,  
Adeus aves,  
Adeus árvores,  
Adeus campos,  
Aceitai a minha despedida,  
Que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós,  
*Que jamais se apagarão das lembranças deste peregrino.*<sup>22</sup>

*Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio de 2005*

### Notas

\* Professor do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador do Gepec – Grupo de Estudos e Pesquisas em Exclusão Social e Cidadania. Pós-Doutorado em Ciências Sociais no CRBC/EHESS (Paris).

- <sup>1</sup> DANTAS, P. *Capitão jagunço*. 5 ed., São Paulo, Global, 1982, p. 104.
- <sup>2</sup> CUNHA, E. da, *Os Sertões*. 27 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1968. Id., *Canudos e Inéditos*. Introdução de Olímpio de Souza Andrade. São Paulo, Melhoramentos, 1967.
- <sup>3</sup> RENAN, E. *Marco Aurélio e o Fim do Mundo Antigo*. 2 ed. Porto, Livraria Lélío & Irmão, 1946.
- <sup>4</sup> DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1978, pp. 205-238.
- <sup>5</sup> QUEIROZ, M. I. P. de Q. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1965. Consultar também: Id., “Reformes et Revolution dans les Societés Traditionnelles”. In: *Histoire et Ethnologie des mouvements messianiques*. Paris, Antropos, 1968.
- <sup>6</sup> A *Notícia*. Aracaju: II (338), 6 de maio de 1897.
- <sup>7</sup> NOGUEIRA, A. J. C. *Antônio Conselheiro: revisão histórica*. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p. 41 (1ª ed.: 1974).
- <sup>8</sup> MONIZ, E. *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 250.
- <sup>9</sup> As *Prédicas* e os *Discursos* de Antônio Conselheiro foram publicadas por Ataliba Nogueira. NOGUEIRA, A. J. C., op. cit., ed. cit. Na citação do manuscrito, utilizamos a sigla AC, seguida da numeração original das páginas do caderno. O manuscrito, datado de 12 janeiro de 1897, conta 628 páginas numeradas. Uma outra obra manuscrita de Conselheiro, datada de 24 de maio de 1895, publicada recentemente pertenceu ao historiador José Calasans. Segundo ele, o próprio Conselheiro teria copiado o Novo Testamento, traduzido pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo, nas 554 páginas e comentado os Evangelhos, nas 252 restantes. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 e 21 de julho de 1974. Consultar: GALVÃO, W. N. e PERES, F. da R. *O Breviário de Antônio Conselheiro*. Salvador, EDUFBA/Odebrecht, 2002.
- <sup>10</sup> ANDRADE, T. “Um inédito de Antônio Conselheiro”. In: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1947.
- <sup>11</sup> MACEDO, N. *Memorial de Vila Nova*. 2 ed., Rio de Janeiro, Renes, Brasília, INL, 1983, p. 17 (1ª ed.: 1964).
- <sup>12</sup> Id., *Antônio Conselheiro. A Morte em vida do beato de Canudos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Renes, 1978. CHACON, V. *O Humanismo Brasileiro*. São Paulo, Summus/Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1980.
- <sup>13</sup> FIORIN, J. L. *A Ilusão da Liberdade Discursiva. Uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP. São Paulo, mimeografado, 1980, pp. 117-118. Ver também: Id. “O Discurso de Antonio Conselheiro”. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 5 de junho de 1980.
- <sup>14</sup> OTTEN, A. A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin System, 30 (2), p. 85, 1993. Ver também: Id. *Só Deus é Grande. A Mensagem Religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo, Loyola, 1990.
- <sup>15</sup> Id. “A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte”, op. cit., pp. 84-85.
- <sup>16</sup> Id., *Ibid.*, p. 77.
- <sup>17</sup> LACROIX, J.-I. *A Utopia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, pp. 29 e 45.
- <sup>18</sup> MARA, M. G. (org.). *Riqueza e Pobreza no Cristianismo Primitivo*. São Paulo, Loyola, 1992, pp. 20-21 (1ª ed.: 1980).

<sup>19</sup> WEBER, M. “A Psicologia Social das Religiões Mundiais”. In: *Ensaíos de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964, p. 386 (1ª edição: 1946).

<sup>20</sup> OTTEN, A. “A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte”, op. cit., p. 86.

<sup>21</sup> CARNEIRO, L. “Os Conselhos de Antônio Conselheiro”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1/6, 5 de dezembro de 1953.

<sup>22</sup> Apud NOGUEIRA, A., op. cit., p. 182.